



**CGU**

Controladoria-Geral da União

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

*Exercício 2018*

14 de agosto de 2019

**Controladoria-Geral da União - CGU**  
**Secretaria Federal de Controle Interno**

*RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO*

Órgão: **MINISTERIO DA EDUCACAO**

Unidade Examinada: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

Município/UF: **São Paulo/São Paulo**

Ordem de Serviço: **201900522**

**Missão**

Promover o aperfeiçoamento e a transparência da Gestão Pública, a prevenção e o combate à corrupção, com participação social, por meio da avaliação e controle das políticas públicas e da qualidade do gasto.

**Auditoria Interna Governamental**

Atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização; deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

# QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?

Auditoria Anual de Contas na Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, referente ao exercício de 2018.

## **POR QUE A CGU REALIZOU ESSE TRABALHO?**

A Decisão Normativa TCU nº 172, de 12 de dezembro de 2018, do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2018 julgadas pelo Tribunal, incluiu a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp nessa relação.

## **QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA CGU? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?**

No âmbito do escopo determinado para esta auditoria, não foram verificadas falhas. Contudo, há recomendações de relatórios anteriores da CGU que ainda não foram atendidas integralmente pela Unifesp e que, portanto, continuam na situação em monitoramento.

# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGESUP/CGU – Coordenação Geral de Auditoria da Área de Educação Superior e Profissionalizante, da Controladoria-Geral da União

CGU-Regional/SP – Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo

Ebserh – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Secex Educação/TCU - Secretaria de Controle Externo da Educação, do Tribunal de Contas da União

Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

TCU – Tribunal de Contas da União

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?</b>                                | <b>3</b>  |
| <b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>   | <b>4</b>  |
| <b>SUMÁRIO</b>  | <b>5</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>6</b>  |
| <b>RESULTADOS DOS EXAMES</b>  | <b>8</b>  |
| 1. Avaliação do cumprimento das determinações/ recomendações do TCU.          | 8         |
| 2. Avaliação do cumprimento das recomendações da CGU.                         | 8         |
| 3. Avaliação da conformidade das peças.                                       | 12        |
| 4. Avaliação da qualidade do gasto com serviços terceirizados.                | 12        |
| <b>RECOMENDAÇÕES</b>  | <b>15</b> |
| <b>CONCLUSÃO</b>  | <b>15</b> |
| <b>ANEXOS</b>   | <b>16</b> |
| <b>I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA</b> | <b>16</b> |

# INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado em razão de a Decisão Normativa TCU nº 172, de 12 de dezembro de 2018, do Tribunal de Contas da União-TCU, que dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2018 julgadas pelo Tribunal, ter incluído a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp nessa relação.

Assim, em atendimento à Ordem de Serviço CGU nº 201900522, foi realizada a Auditoria Anual de Contas referente ao exercício 2018, no âmbito do Programa/Ação Orçamentária “12364208020RK0035 - Educação de qualidade para todos/ Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior”.

O escopo desta auditoria foi definido entre a Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação Superior e Profissionalizante, da Controladoria-Geral da União (CGESUP/CGU), e a Secretaria de Controle Externo da Educação do Tribunal de Contas da União (Secex Educação/TCU).

Esse escopo abrange as seguintes avaliações:

- 1) Avaliação do atendimento às determinações do TCU que contivessem determinação específica à CGU para acompanhamento;
- 2) Avaliação do cumprimento das recomendações da CGU;
- 3) Avaliação da conformidade das peças incluídas pela Unifesp em seu processo de contas, em relação ao estabelecido na Decisão Normativa TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, e na Portaria TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018; e
- 4) Avaliação da qualidade do gasto com serviços terceirizados, tendo sido selecionada pela equipe de auditoria a área de vigilância, referente à contratação realizada pelo Campus São Paulo.

Importante ressaltar que a Unidade Gestora - UG 153031 – Universidade Federal de São Paulo é composta pela Reitoria e também pelos Campi São Paulo, Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco e São José dos Campos, e que cada uma dessas unidades realiza essas contratações de forma independente.

A abordagem adotada na execução deste trabalho teve por objetivo responder as questões de auditoria apresentadas no quadro a seguir.

## Quadro – Questões de auditoria

| Áreas avaliadas   | Questões de auditoria   |
|---|---|
| 1. Avaliação do cumprimento das determinações /recomendações do TCU | 1.1 – As determinações/ recomendações do TCU à Unifesp, que contenham determinação específica à CGU para acompanhamento, foram atendidas?   |
| 2. Avaliação do cumprimento das recomendações da CGU                | 2.1 - A Unifesp mantém uma rotina de acompanhamento e de atendimento das recomendações emanadas pela CGU?   |
| 3. Avaliação da conformidade das peças                              | 3.1 - Considerando a natureza jurídica e o negócio da unidade prestadora de contas (UPC), as peças Rol de Responsáveis, Relatório de Gestão e demais relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devem se pronunciar sobre as |

| Áreas avaliadas   | Questões de auditoria   |
|---|---|
|   | contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela UPC estão em conformidade com as normas e orientações? |
|   | 3.2 – O Rol de Responsáveis está em conformidade com a legislação e com as orientações do e-Contas?   |
| 4. Avaliação da qualidade do gasto com serviços terceirizados | 4.1 – O planejamento da contratação observou os requisitos para garantia da melhor contratação?       |
|   | 4.2 – Os processos de pagamento estão adequadamente formalizados?                                     |
|   | 4.3 – Os contratos de serviços terceirizados são acompanhados e fiscalizados adequadamente?           |
|   | 4.4 – O contrato de vigilância mostra-se vantajoso para a Administração?                              |

Fonte: CGU.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22 a 24 de abril de 2019, na forma de testes, análises e consolidação de informações coletadas referentes ao exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

No âmbito do escopo determinado para esta auditoria, não foram verificadas falhas, contudo há recomendações de relatórios anteriores da CGU que ainda não foram atendidas integralmente pela Unifesp e que, portanto, continuam na situação em monitoramento.



# RESULTADOS DOS EXAMES

## 1. Avaliação do cumprimento das determinações/recomendações do TCU.

Não houve determinações ou recomendações do TCU que contivessem determinação específica à CGU para acompanhamento, conforme se verificou em consultas aos sistemas internos da CGU e ao site do TCU.

## 2. Avaliação do cumprimento das recomendações da CGU.

A Unifesp tem perfil no Sistema Monitor (sistema desenvolvido pela CGU que permite o acompanhamento *online* das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria) e mantém rotina de acompanhamento das recomendações emanadas pela CGU.

Conforme dados do Sistema Monitor, há dezessete recomendações em monitoramento.

Dentre essas dezessete recomendações, sete referem-se ao pagamento de adicional de insalubridade apontadas no Relatório 201701439. No quadro a seguir estão apresentadas as recomendações referentes a esse assunto que estão em monitoramento.

*Quadro – Sistema Monitor – recomendações relacionadas ao pagamento de adicional de insalubridade*

| Constatação   | Resumo  | Nº Recomendação - Monitor | Recomendação  |
|---|---|---------------------------|---|
| 1.1.1.4 CONSTATAÇÃO - Servidores não trabalham no local de exercício mencionado no laudo técnico. | Seis servidores informaram que não trabalham no local de exercício informado no laudo técnico | 175388                    | Apresentar os resultados obtidos pela comissão permanente instituída pela Unifesp por meio da Portaria nº 275/2018 como instrumento de controle interno e que tem como atribuição a análise de concessão de adicional de insalubridade, levantamento de todas as situações de insalubridade, bem como dos servidores que fazem jus ao adicional, atualização dos critérios e regras para as concessões, deliberação sobre novas concessões e publicação da lista dos servidores que fazem jus ao auxílio. |

| Constatação  | Resumo  | Nº Recomendação - Monitor | Recomendação  |
|--|---|---------------------------|---|
|  |   | 175389                    | Interromper o pagamento do adicional de insalubridade dos servidores que não estão mais expostos aos fatores de risco.  |
| 1.1.1.5 CONSTATAÇÃO - Servidores não estão expostos aos fatores de risco mencionados no laudo técnico. | Oito servidores informaram que não estão expostos aos fatores de risco mencionados no laudo técnico                                 | 175392                    | Interromper o pagamento do adicional de insalubridade dos servidores que não estão mais expostos aos fatores de risco.  |
| 1.1.1.6 CONSTATAÇÃO - Adicional de insalubridade pago a servidores de área meio.                       | Quatrocentos servidores com atividades em área meio ou de suporte receberam o adicional de insalubridade no mês de dezembro de 2016 | 175393                    | Interromper o pagamento do adicional de insalubridade para os servidores da área meio.  |
|  |   | 175394                    | Apresentar os resultados obtidos com a instituição da Comissão, da criação do novo módulo do Siape e da implantação dos controles internos, no sentido de impedir o pagamento do adicional de insalubridade para servidores da área meio. |
| 1.1.1.7 CONSTATAÇÃO - Servidores recebem adicional de insalubridade porque estão em desvio de função.  | Dois servidores recebem o adicional de insalubridade porque estão em desvio de função   | 175395                    | Rever as atribuições funcionais dos servidores em desvio de função, atribuindo a eles atividades previstas na relação de tarefas do cargo/função que ocupam.  |
|  |   | 175397                    | Instituir controles internos administrativos para verificar e coibir a prática do desvio de função.   |

Fonte: Sistema Monitor/CGU - pesquisa realizada em 14 de junho de 2019.

Uma das medidas adotadas pela Unifesp para atender parte dessas recomendações foi a designação de quinze servidores de diversos setores, por meio da Portaria Unifesp Reitoria nº 1522, de 09 de abril de 2019, para compor uma Comissão Permanente para concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante e gratificação por trabalho com raio X ou substâncias radioativas no âmbito da Unifesp.

De acordo com o artigo 2º da citada Portaria, essa Comissão deverá:

*a) manter atualizadas as situações de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante e gratificação por trabalho com raio X ou substâncias radioativas no âmbito da Unifesp;*

*b) identificar os servidores que recebem tais adicionais e/ou gratificações com as respectivas justificativas para o enquadramento;*

*c) atualizar os critérios e regras para as concessões;*

*d) deliberar sobre novas concessões;*

*e) publicar periodicamente na página da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas a lista dos servidores que recebem esses adicionais/gratificações.”*

Foi revogada a Portaria nº 275, de 31 de janeiro de 2018, que havia designado sete servidores e que tinha, além das mesmas atribuições determinadas nas alíneas ‘b’, ‘c’, ‘d’ e ‘e’ transcritas anteriormente, a atribuição de *“realizar amplo levantamento das situações de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante e gratificação por trabalho com raio X ou substâncias radioativas no âmbito da Unifesp”*.

Além disso, com relação a uma parcela dos servidores apontados nas constatações, a Unifesp informou que *“a Comissão constatou e concordou com os fatos apontados pela CGU com a suspensão imediata do pagamento do adicional de insalubridade e estes servidores até que sejam regularizados seus respectivos locais de trabalho (não mais por centro de custo), a efetiva exposição aos riscos ocupacionais, correção dos desvios de função, até que sejam revistos estas e outras situações, elaborando um plano de revisão dos laudos técnicos de concessão do adicional de insalubridade dos servidores da UNIFESP”*.

Para justificar o pagamento do adicional de insalubridade para outros servidores, foram apresentados laudos emitidos pela Ebserh e jurisprudência referente ao pagamento desse adicional para servidores de atividade-meio. Esse material será analisado pela CGU/SP no âmbito do acompanhamento das recomendações registradas no sistema Monitor.

De acordo com dados atuais do Siape, fornecidos pela Unifesp, dos 5.526 servidores ativos, 3.192 recebem adicional de insalubridade, o que corresponde a 57,7% do total de servidores ativos. Os dados obtidos no Siape, referente à folha de dezembro de 2016, que serviram de base para o Relatório nº 201701439, apontam que esse percentual era de 59,9%, o que representa uma pequena queda nessa proporção.

As recomendações 175388 e 175394, cujo teor eram no sentido de instituir controles internos referentes à concessão de adicional de insalubridade, foram revisadas para que se pudesse manter uma avaliação e acompanhamento dos resultados obtidos com os controles internos instituídos pela Unifesp em atendimento às recomendações anteriores.

A recomendação 175386 foi atendida pela Unifesp e era no sentido de que fosse interrompido o pagamento do adicional de insalubridade para dois servidores em desvio de função. Esse atendimento gerou um benefício financeiro no valor de R\$113.292,40 que abrange um período de 5 anos a partir da cessão do pagamento.

Há também outras duas recomendações pontuais da área de gestão de pessoas em monitoramento, sendo que uma delas envolve pagamentos de Retribuição por Titulação e a outra trata de ressarcimento pelo servidor de quantias recebidas indevidamente referente à diferença entre a remuneração no cargo de professor em regime de dedicação exclusiva e a do mesmo cargo em regime de tempo integral.

Ainda no que se refere à Gestão de Pessoas, há três recomendações que tratam da concessão da jornada de trabalho flexibilizada de seis horas diárias e trinta horas semanais aos servidores técnico-administrativos em educação.

Com relação a esse tema, em 13 de fevereiro de 2019, a Unifesp informou no sistema Monitor a seguinte providência:

*“Em reunião realizada por esta Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas com a Presidente da Comissão Permanente para implantação do “Projeto Piloto” de Flexibilização da Jornada de Trabalho de 30 horas dos Técnicos Administrativos em Educação da Unifesp, instituída pela Portaria nº 1.321, de 15/04/2014, ficou estabelecida a obrigatoriedade do cumprimento dos exatos termos do Acórdão TCU nº 3252/2018, item 1.8.1, razão pela qual houve convocação para reunião ordinária da Comissão de 30 horas da Universidade Federal de São Paulo, Ofício Circular nº 67/2018 – Câmara, que será realizada em 29 de Outubro de 2018. A pauta tratará objetivamente do Relatório da Controladoria Geral da União, da necessidade de alteração da redação do Regimento de Flexibilização da jornada de trabalho nos termos ora recomendados; elaboração de novo projeto e revisão das autorizações de concessão da jornada flexibilizada aos servidores da Unifesp. Foram disponibilizados à Comissão os instrumentos exarados pela Coordenação-Geral de Auditoria das áreas de Educação Superior e Profissionalizante – CGESUP, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). Ante o exposto, solicita-se a dilação do prazo por mais 25 dias úteis, contados a partir da Reunião da Comissão de 30 horas, qual seja, 12/12/2018, para que, em tempo, apresentemos o novo instrumento normativo, bem como o desenho do novo plano de jornada flexibilizada em cumprimento ao Plano de Providências de 2018, que será deliberado nas instâncias institucionais competentes.”*

Em 22 de fevereiro de 2019, a Unifesp informou, adicionalmente, as seguintes providências:

*“As ações de alteração do regulamento da jornada de trabalho estão sendo realizadas por esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas em conjunto com a Comissão da Jornada Flexibilizada - 30 horas. A minuta do regulamento foi elaborada e será submetida para análise técnica e, após, será submetida ao Conselho de Gestão com Pessoas e Conselho Universitário, razão pela qual será necessária a dilação do prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos trabalhos.*

[...]

*Em atendimento às recomendações do Órgão Fiscalizador e cumprimento da Instrução Normativa nº 2, 12/9/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento de Gestão, encaminhamos os comprovantes de revogação dos atos normativos autorizados da Jornada flexibilizada de 30 (trinta) horas semanais, de que trata o Decreto nº 1.590/95. Os servidores lotados nas unidades abaixo discriminadas retornaram à jornada regular de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no dia 2 de janeiro do corrente ano.*

[...]

*Com relação a atualização do projeto da flexibilização, dada sua complexidade, ainda está na fase de discussão no âmbito da Comissão da Jornada Flexibilizada e Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, razão pela qual será necessária a dilação de prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos trabalhos.”*

Também constam no sistema Monitor duas recomendações que tratam da proposta do Regimento Interno da unidade de auditoria interna, cujo atendimento depende de aprovação do Regimento pelo Conselho Universitário.

Há duas recomendações em monitoramento que tiveram origem no trabalho de avaliação da utilização dos espaços físicos, sendo que uma delas refere-se à constatação de ausência de estudos de demanda para projetos de aquisição, construção e reforma de imóveis que deveriam subsidiar os projetos nos processos administrativos analisados. A última posição da CGU foi o de manter a recomendação em monitoramento *“até que seja disponibilizado normativo ou instrumento congênere que disponha sobre a prática ou que seja disponibilizada evidência documental da implantação de estudo de demanda em novos projetos de reforma, construção ou aquisição”*. A outra recomendação que continua em monitoramento, referente a esse mesmo trabalho, trata da instituição de rotinas de acompanhamento dos processos de aquisição de imóveis (registro em cartórios, processos judiciais etc.), com o respectivo registro dos feitos nos correspondentes processos administrativos.

Por último, há uma outra recomendação em monitoramento que teve origem na ação de controle que tratou de avaliar a realização do evento “International Convention on Science, Education and Medicine in Sport – ICSEMIS”, ocorrido em 2016, em Santos/SP, e que se refere ao aprimoramento dos controles internos, com o estabelecimento formal de crivos, fluxogramas, *checklists*, a serem obrigatoriamente seguidos pelos responsáveis de grupos de gerenciamento interno.

### **3. Avaliação da conformidade das peças.**

As peças referentes à prestação de contas do exercício de 2018, enviadas pela Unifesp por meio do sistema e-Contas ao Tribunal de Contas da União, contemplam os conteúdos e os formatos determinados nas Decisões Normativas TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, e nº 172, de 12 de dezembro de 2018, bem como na Portaria TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018.

Quanto ao Rol de Responsáveis elaborado pela Unifesp, verificou-se que o mesmo está em conformidade com os dispositivos legais e com as orientações do e-Contas.

### **4. Avaliação da qualidade do gasto com serviços terceirizados.**

A Unidade Gestora - UG 153031 – Universidade Federal de São Paulo é composta pelas seguintes unidades: Reitoria, Campus São Paulo, Campus Baixada Santista, Campus Diadema, Campus Guarulhos, Campus Osasco e Campus São José dos Campos.

Para esta Auditoria Anual de Contas, foi selecionada a área de vigilância, referente à contratação realizada pelo Campus São Paulo. Cada uma dessas unidades realiza contratações dessa natureza de forma independente.

Verificou-se que durante o ano de 2018 havia três contratos de vigilância ativos no Campus São Paulo, composto de unidades na Vila Mariana, em sua maioria, e em Santo Amaro, conforme quadro a seguir:

*Quadro – Contratos de vigilância vigentes em 2018 – Campus São Paulo*

| Número Processo  | Número Contrato | Objeto  | Empresa  | CNPJ                   | Início         | Térmi-<br>no   | Valor Global<br>Contrato (R\$) | Situação<br>Contrato<br>ao final<br>de 2018 |
|--|-----------------|---|--|------------------------|----------------|----------------|--------------------------------|---|
| 23089.035734/2<br>017-39 –<br>Pregão<br>Eletrônico<br>225/2017 | 16 /2018        | Prestação<br>de Serviços<br>de<br>Controlador<br>de Acesso e<br>Vigia | Mega JJ -<br>Asseio e<br>Conservaçã<br>o LTDA - ME | 04.999.840<br>/0001-60 | 12/03/<br>2018 | 23/07/<br>2018 | 3.252.528,00                   | Encerrado                                   |
| 23089.035782/2<br>018-16 –<br>contratação<br>emergencial       | 79 /2018        | Prestação<br>de Serviços<br>de<br>Controlador<br>de Acesso e<br>Vigia | RCA<br>Produtos e<br>Serviços<br>LTDA              | 69.207.850<br>/0001-61 | 27/07/<br>2018 | 27/04/<br>2019 | 2.513.082,00                   | Ativo                                       |
| 23089.035733/2<br>017-94 –<br>Pregão<br>Eletrônico<br>259/2017 | 106 /2017       | Prestação<br>de serviços<br>de<br>vigilância                          | Totem<br>Sistemas de<br>Segurança<br>Ltda          | 08.752.749<br>/0001-05 | 20/12/<br>2017 | 19/12/<br>2019 | 550.800,00                     | Ativo                                       |

Fonte: CGU-Regional/SP.

De 1º de janeiro de 2018 a 12 de março de 2018, ou seja, antes do início do contrato com a empresa Mega JJ, a prestação de serviços de controlador de acesso e vigia foi efetuada pela empresa RCA Produtos e Serviços Ltda.

O Contrato nº 16/2018 firmado em 12 de março de 2018 com a empresa Mega JJ (CNPJ 04.999.840/0001-60) para a prestação de serviço de controlador de acesso e vigia, após realização do Pregão Eletrônico nº 225/2017, foi rescindido unilateralmente em 23 de julho de 2018. O motivo foi o descumprimento de obrigações contratuais pela empresa, em especial, a falta de pagamento de salários e benefícios a funcionários, bem como a falta de fornecimento de uniformes aos mesmos.

Para garantir a continuidade dos serviços a Unifesp realizou uma contratação emergencial por dispensa de licitação, valendo-se da possibilidade prevista no artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666/1993:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;”*

Efetuuou-se, assim, a contratação da empresa RCA Produtos e Serviços Ltda. (CNPJ nº 69.207.850/0001-61), mediante o Contrato nº 79/2018, assinado em 26 de julho de 2018, com vigência de sete meses, pelo valor de R\$ 1.897.307,86.

Posteriormente, em 10 de janeiro de 2019, houve uma repactuação desse contrato, devido à Convenção Coletiva de Trabalho 2018, elevando em R\$ 57.311,31 o seu valor, que passou a ser de R\$ 1.954.619,17.

Finalmente, em 25 de fevereiro de 2019, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 79/2018, prorrogando sua vigência por dois meses, a contar de 27 de fevereiro de 2019, sendo de R\$ 558.462,62 o valor referente a essa prorrogação.

O planejamento desta contratação observou os requisitos para garantia da melhor contratação e a contratação mostrou-se vantajosa para a Administração. Não foram verificadas falhas nos processos de pagamento. O contrato é acompanhado e fiscalizado adequadamente.

Para verificar o acompanhamento e fiscalização realizados pela Unifesp referente à execução do Contrato nº 79/2018, firmado com a empresa RCA Produtos e Serviços Ltda., para prestação de serviços de vigia e controlador de acesso no Campus São Paulo, no dia 17 de maio de 2019 a equipe de auditoria realizou uma visita ao setor responsável pela fiscalização desse contrato e, também, a outros três endereços nos quais o serviço é prestado.

Verificou-se que houve uma evolução em relação ao observado em 2013, quando a CGU-Regional/SP realizou auditoria referente ao Contrato nº 177/2012, cujo objeto também foi a prestação de serviço terceirizado (neste caso, de limpeza e conservação), tendo em vista que atualmente o fiscal tem conhecimento dos termos do contrato, dos locais de prestação dos serviços e das necessidades de cada local, bem como tem também a relação dos funcionários alocados em cada posto com o horário de trabalho de cada um deles. Além disso, há um modelo de relatório mensal de fiscalização no qual são informadas as glosas que deverão ser efetuadas. Por exemplo, em um dos relatórios de fiscalização do Contrato nº 79/2018, firmado com a empresa RCA Produtos e Serviços Ltda., havia anotação de glosa referente ao não pagamento de vale transporte de funcionários que optaram por não receber tal benefício. Além disso, as falhas são notificadas à empresa contratada para correção/manifestação, como no caso de falta de disponibilização de funcionários para cobertura do intervalo do almoço. Devido a esse acompanhamento, na Nota Fiscal nº 8855, de 26 de novembro de 2018, constou uma glosa de 2% referente à falta de empregados para cobertura de intervalo de almoço no valor de R\$ 4.828,08. Também há acompanhamento da presença dos funcionários da empresa com base no registro efetuado no relógio de ponto com leitor biométrico instalado pela própria empresa.

No final de 2017, o Campus São Paulo realizou outro processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 259/2017) para a contratação de dois funcionários para fazer a ronda noturna em um automóvel, tanto no entorno da Rua Botucatu, onde estão localizados os imóveis utilizados pelo Campus e o Hospital São Paulo, como também na unidade de extensão universitária, localizada em Santo Amaro. A empresa contratada foi a Totem Sistemas de Segurança Ltda. (CNPJ nº 08.752.749/0001-05), por meio do Contrato nº 106/2017, com prazo de vigência até 20 de dezembro de 2018 e valor de R\$ 275.400,00.

Em 12 de dezembro de 2018 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo a esse contrato, com vigência até 19 de dezembro de 2019 e valor de R\$ 275.400,00.

# RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações para a Unifesp quanto ao escopo desta Auditoria Anual de Contas.

## CONCLUSÃO

O escopo desta Auditoria Anual de Contas abrange as seguintes avaliações:

- 1) Avaliação do atendimento às determinações do TCU que contivessem determinação específica à CGU para acompanhamento;
- 2) Avaliação do cumprimento das recomendações da CGU;
- 3) Avaliação da conformidade das peças incluídas pela Unifesp em seu processo de contas; e
- 4) Avaliação da qualidade do gasto com serviços terceirizados – vigilância.

Quanto à atuação do TCU, verificou-se que não houve determinações/ recomendações do TCU à Unifesp, com determinação específica à CGU para acompanhamento.

Com relação à avaliação do cumprimento das recomendações da CGU, verificou-se que a Unifesp mantém rotina de acompanhamento das recomendações emanadas pela CGU e que, de acordo com dados levantados no Sistema Monitor, ao qual a Unifesp tem acesso *online*, há dezessete recomendações em monitoramento.

No que se refere à conformidade das peças da prestação de contas do exercício de 2018, enviadas por meio do sistema e-Contas ao TCU pela Unifesp, constatou-se que o Relatório de Gestão e demais relatórios e pareceres estão em conformidade com as normas e orientações do TCU. Quanto ao Rol de Responsáveis, verificou-se que o mesmo está em conformidade com a legislação e com as orientações do e-Contas.

Quanto à avaliação do gasto com a contratação de serviço terceirizado de vigilância, mais especificamente, contratação de serviço de controle de acesso e vigia realizada pelo Campus São Paulo (Contrato nº 79/2018), não foram detectadas falhas. Cabe ressaltar que, no que se refere ao acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 79/2018, verificou-se que houve uma evolução em relação ao observado em 2013, quando a CGU-Regional/SP realizou auditoria referente ao Contrato nº 177/2012, cujo objeto também foi a prestação de serviço terceirizado (neste caso, de limpeza e conservação). Houve a adoção de um modelo de relatório mensal de fiscalização no qual são informadas as ocorrências e as glosas que devem ser feitas. Além disso, há acompanhamento da presença dos funcionários da empresa com base no registro efetuado no relógio de ponto com leitor biométrico instalado pela própria empresa contratada.

Assim, dentro do escopo deste trabalho, não foram verificadas falhas que tivessem impacto no alcance da missão da Unidade.



## ANEXOS

### I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Não houve manifestação da Unifesp sobre o relatório preliminar.